

Reação masculina à emancipação da “condição social da mulher” no século XIX

Male reaction to the emancipation of the brazilian “social condition of women” in the 19th century

Mateus Freitas Borsatti¹

Resumo: Tradicionalmente, a historiografia catarinense esteve focada na história personalista de grandes feitos políticos de uma elite masculina. As novas perspectivas historiográficas, sobretudo aquelas oriundas da Nova História, ampliaram o leque de ferramentas metodológicas com as quais os historiadores puderam visitar o passado. Dessa forma, novos tipos de fontes do arranjo cotidiano, como os periódicos, concomitantemente a novos campos de estudo, como a história das mulheres, propiciaram o aprofundamento do conhecimento sobre o passado. Os estudos de gênero tornaram-se um dos campos mais promissores dessa nova historiografia, que busca, na diferença da construção de gênero entre homens e mulheres, uma janela historiográfica que possibilita a elaboração de novas perguntas e respostas mais completas a problemas já conhecidos. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo expor a reação masculina diante da busca por renovação do papel social do gênero feminino, por meio de uma matéria de jornal de 1894, intitulada “A Condição Social da Mulher”, de Lopes de Souza, publicada no periódico *Jornal do Commercio*, em Desterro, Santa Catarina.

Palavras-chave: Mulher; Gênero; História de Santa Catarina; Século XIX; Jornal do Commercio.

Abstract: Traditionally, the historiography of Santa Catarina has focused on the personalist history of great political achievements by a male elite. New historiographical perspectives, especially those stemming from the New History, have expanded the range of methodological tools with which historians can revisit the past. Thus, new types of sources from everyday life, such as periodicals, along with new fields of study, such as women's history, have deepened our understanding of the past. Gender studies have become one of the most promising fields of this new historiography, which seeks in the difference in gender construction between men and women a historiographical window that allows for the formulation of new questions and more comprehensive answers to already known problems. In this sense, this article aims to expose the male reaction to the quest for the renewal of the social role of women through a newspaper article from 1894, "The Social Condition of Women," by Lopes de Souza, published in the periodical *Jornal do Commercio*, at Desterro, Santa Catarina.

¹ Graduando do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. mateusfreitasborsatti@gmail.com.

Keywords: Woman; Gender; History of Santa Catarina; 19th Century; Jornal do Commercio.

Introdução

A história das mulheres não é, nem de longe, uma perspectiva nova na historiografia. Embora remontando aos anos 1970 do século passado², essa perspectiva histórica ainda é tratada como uma inovação e enfrenta dificuldades para conquistar espaço dentro da produção científica brasileira. A historiografia de Santa Catarina, tradicionalmente, escreveu sobre seu passado restringindo-se aos grandes atos políticos de sua elite militar, empresarial e religiosa, além de eventuais revoltas e guerras. Todavia, atualmente, tem se aberto a novos horizontes, mapeando o passado de formas diversas por meio da Nova História³.

Uma ampla gama de novas perspectivas foi aplicada à pesquisa histórica, como o deslocamento de histórias personalistas e a ampliação do conceito de fonte, que passou a ultrapassar os arquivos oficiais e abranger diversos tipos de evidências úteis para o esclarecimento do passado, como diários, cartas, objetos culturais, costumes de determinados grupos, artigos de jornal, entre outros. Concomitantemente, novas metodologias de análise, aliadas à história oral, à memória e à perspectiva da história das mulheres e de gênero⁴, criaram uma vasta quantidade de lentes e filtros analíticos, cujo alcance tornou-se mais profundo e “caleidoscópico” sobre a historiografia⁵. O uso de periódicos, em especial para este trabalho, também se mostrou frutífero dentro dos estudos da Nova História Cultural⁶.

Nesse sentido, a história de Santa Catarina, como campo historiográfico, não foge a essas mudanças. Projetar o passado do Estado sob essas novas perspectivas nos permite abordar a história de modo a captar os arranjos cotidianos da vida, ampliando o alcance das perguntas feitas ao passado, bem como a diversidade e a clareza das respostas. É dedutível que esse alcance ampliado proporcione aos historiadores olhares mais sóbrios sobre a historiografia e a história catarinense. Assim, este estudo propõe-se expor a reação masculina diante do movimento de emancipação política e social das mulheres no Estado de Santa

² Segundo Dauphin (2000, p. 2) a inauguração da nova perspectiva histórica não foi fruto direto da academia, pois foram as militantes do movimento feministas suas precursoras “antes mesmo que as próprias historiadoras”.

³ Wolff, 2001, p. 158-180.

⁴ Scott, 1992.

⁵ O uso metafórico de caleidoscópio que a Maria Bernadete Flores (2008, p. 117) utiliza proporciona intangibilidade à transformação epistemológica que a historiografia ocidental apresentava nas últimas décadas do século XX.

⁶ Aqui, Karawejczyk (2023), com ajuda de Jacques Le Goff, acentua que o próprio conceito de fonte muda no período: de relatos escritos ditos oficiais a quaisquer vestígios do passado utilizados como possíveis fontes de informação. Um exemplo são os periódicos.

Catarina, por meio da análise discursiva de uma matéria do periódico *Jornal do Commercio*, edição 00278 de 1894, especificamente o artigo “A Condição Social da Mulher”, de Lopes de Souza.

A Condição social da Mulher

O século XIX foi palco de grandes transformações na sociedade brasileira. Da independência à proclamação da república, da elaboração de uma constituição à modernização urbana das cidades, da atualização do conceito de cidadania à transição da mão de obra escravizada para a assalariada e à industrialização dos modos de produção urbanos⁷. Embora tenha sido um século dinâmico, algumas permanências podem ser notadas, como a soberania de uma oligarquia agrária e a persistência de desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Para utilizar as perspectivas da história das mulheres, este estudo começa com uma pergunta: como viviam as mulheres no território brasileiro do século XIX? A resposta é evasiva: depende. Depende de onde essas mulheres viviam, a qual classe pertenciam e qual era sua relação étnico-racial com o contexto social. De modo geral, a condição social da mulher, como a própria fonte denomina, era restrita ao lar, com imperativos de moralidade cristã, sobretudo católica e protestante, e restrições advindas, segundo Karolina Dias Cunha, da filosofia positivista, que serviu para “acentuar a divisão entre o trabalho externo e a vida no lar⁸”.

Em conjunto, a moralidade cristã e a divisão do trabalho e do lar, criaram amarras sociais e políticas que impuseram um determinado padrão de papel de gênero à mulher do século XIX. Assim também com os homens, que, como se verá mais à frente, também eram condicionados a determinado comportamento — não que isso os isente das escolhas do passado. Nesse sentido, embora com outras tantas atividades sociais, elas tiveram como ponto gravitacional de suas vidas a família e o cuidado doméstico. Sua educação, realizada em casa ou, a partir de 1827, na educação formal, foi majoritariamente limitada à moralidade cristã e à administração do lar⁹. O ensino superior, por sua vez, permaneceu restrito aos homens durante boa parte do século XIX. A participação feminina no ensino superior foi

⁷ Este trecho é um panorama muito superficial da conjuntura que Napolitano (2016) constrói em sua obra sobre o Brasil do século XIX.

⁸ Cunha, 2013, p.3

⁹ Wolff, 2001, p. 170.

uma das pautas reivindicadas pelas mulheres nesse período, culminando na reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, que abriu espaço para elas na academia¹⁰.

Como o gênero nunca caminha sozinho nas análises, é importante pontuar as diferenças de classe. Às mulheres mais abastadas era reservada a extravagância de não realizar trabalho braçal no lar, podendo dedicar-se à instrução, às artes ‘finas’ e aos cuidados afetivos, por exemplo. Por outro lado, às mulheres mais pobres, além do labor doméstico, era atribuído trabalho em áreas como enfermagem, indústria, costura e tecelagem, em contexto urbano. Já no ambiente rural, seu trabalho externo incluía a manutenção dos meios de subsistência, como a roça e a criação de animais, além dos trabalhos afetivos e domésticos voltados à família.

Embora o gênero feminino esteja historicamente associado ao trabalho doméstico, especialmente no século XIX, as fábricas também eram um ambiente frequentemente ocupado por mulheres. Cristina Ferreira¹¹, observa que, nas fábricas de Joinville no século XIX, era possível encontrar muitas delas labutando o sustento de suas famílias. Tanto é que, diante de uma regulação social pouco permissiva, que separava o trabalho fabril do ambiente doméstico, movimentos e pequenos atos de indisciplina foram relatados. Esses atos podem ser interpretados como indícios da forte presença feminina no mundo do trabalho extra-lar.

Não só de classe e gênero que se diferenciam as pessoas. As relações étnico-raciais também exercem uma influência gigantesca sobre a vida do sujeito histórico. A província de Santa Catarina recebeu um grande fluxo de imigrantes no século XIX. O Império tinha como objetivos colonizar sertões considerados improdutivos, adquirir mão de obra para o desenvolvimento industrial e realizar o branqueamento da população. Diversos povos migraram para o Brasil; no Sul, os alemães e italianos constituíram a maioria. Em Santa Catarina, as mulheres das colônias alemãs têm seu retrato histórico pintado por Cristina S. Wolff. Ela revela que, entre os imigrantes alemães, a construção da feminilidade passava pelo exemplo da dona de casa germânica: limpa, ordeira e trabalhadeira. Essa mulher deveria “se fazer respeitar; ser asseada; ser boa mãe e boa filha; ter uma sexualidade restrita ao casamento [...] ser solidária com vizinhos e parentes, além de ser econômica e comedida”¹².

¹⁰ Brasil, 1879.

¹¹ Segundo Ferreira (2016, p. 729), comunidades industriais, fábricas e seus indivíduos impunham um código moral de “bom trabalhador”, que reforçava a construção de gênero sobre o qual as mulheres já sofriam em outros ambientes. O ponto central da construção do bom trabalhador era a manutenção da unidade familiar e reforço às relações entre espaços fabris e domésticos.

¹² Wolff, 2001, p. 166.

A contraposição feita pela autora é didática pois ilustra bem o que Denise Ferreira da Silva expõe em seu monumental *Homo Modernus: Por uma ideia global de raça*¹³. Segundo a autora, a raça foi, na era moderna, uma tecnologia ontológica que serviu como ferramenta para separar o sujeito europeu moderno, o humano civilizado, de seu ‘outro’. Esse ‘outro’ incluía todos aqueles que não eram os povos europeus iluministas, considerados atrasados temporalmente em relação ao ideal de progresso e desenvolvimento. No contexto da oposição entre as mulheres brasileiras e alemãs, há uma nítida tentativa de autoidentificação germânica: a mulher alemã era vista como civilizada, naturalmente trabalhadora e, sobretudo, muito mais avançada em relação à sua contraparte, a mulher brasileira, que era percebida como incivilizada, preguiçosa e atrasada. O que seria, então, uma mulher brasileira? Muito possivelmente essa imagem estava associada a características como fenótipo (cor) e origem: uma mulher brasileira era provavelmente negra, parda, indígena, africana ou mestiça, de acordo com as classificações raciais da época. Não surpreende perceber que essa relação racial resultou em forças que buscavam a subalternação social e política dos não-brancos.

Quando se fala em domicílio e lar, tende-se a pensar nos trabalhos que tange a manutenção da casa e seus moradores. Contudo, Wolff amplia o conceito de domicílio para áreas além da casa. A “unidade doméstica”¹⁴ é um conceito que explora a gama de atividades que se interseccionam com a casa. Como já mencionado, a fábrica constituía um desses fenômenos, funcionando como um domicílio estendido, presente também em diversos espaços sociais. A mulher catarinense do campo, por exemplo, exercia uma gama enorme de atividades incorporadas à esfera do lar. Uma matéria de jornal estudada por Wolff demonstra que essas mulheres deveriam aprender, além das habilidades domésticas, a “fazer pão e cerveja; matar animais e preparar sua carne; cuidar da criação; plantar e cuidar da horta; e ‘ajudar’ o marido em seu trabalho”¹⁵. Nota-se, assim, que os conceitos de domicílio e família se estendiam por vários espaços e tipos de relação. Um ponto importante na extensão do domicílio é a relação entre a educação e a mulher catarinense. Sua educação formal ocorria, sobretudo, nas escolas femininas, cujo plano pedagógico se restringia ao aprendizado de boas maneiras, condutas morais, ciências e atividades relacionadas à gestão do lar.

Embora separadas pelo trabalho braçal e pela moralidade, pela cor, origem ou região, as mulheres de diferentes classes — abastadas ou trabalhadoras — estavam unidas pelo

¹³ Silva, 2022.

¹⁴ Propriedade agrícola, artesanal, comercial ou industrial, segundo Wolff (2001).

¹⁵ Ibid., p. 161.

impedimento de participação política, enfrentando constantes restrições sociais à sua atuação na esfera pública¹⁶. Mesmo invariavelmente ligadas ao lar, surgiram movimentos de contestação dessa condição social, seja por meio de ideias liberais vindas do exterior, seja por meio das lutas contra-hegemônicas no cotidiano dos lares, roças e fábricas.

Os periódicos foram utilizados como vetores de circulação de ideias de emancipação feminina. Cecília Vieira Nascimento e Bernardo J. Oliveira demonstram, através do jornal *O Sexo Feminino*: semanário dedicado aos interesses da mulher — publicado em meados do século XIX e editado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, jornalista e educadora —, que as mulheres buscavam sua emancipação por meio da educação e de ideias liberais. Os textos reivindicavam um "desenvolvimento integral das potencialidades da mulher", tanto na unidade doméstica quanto fora dela, "além da aquisição de direitos que lhe possibilitassem o domínio de conhecimentos e maior participação nas questões sociais"¹⁷. Indo além, as mulheres defendiam o direito de exercer profissões liberais e o poder de sufrágio. Este último ponto era assumidamente uma projeção para o futuro, visto que, à época, somente os homens eram considerados cidadãos. Embora a constituição brasileira não mencionasse explicitamente a proibição do voto feminino, essa brecha legal foi rapidamente corrigida, passando a proibir claramente a participação das mulheres nas eleições¹⁸.

Um notório exemplo do Sul do Brasil que evidencia o protagonismo das mulheres em busca da emancipação de suas condições sociais opressivas, bem como a reação da sociedade diante da contestação ao sistema patriarcal, é o caso da poetisa Luciana de Abreu. Em 1827, em um texto publicado na *Revista da Sociedade Parthenon Litterario*, ela afirmou:

Minhas senhoras, nós temos sido victimas dos prejuízos das preocupações do século; nós temos sido olhadas como seres à parte na grande obra da regeneração social, quando sem nós impossível seria à humanidade aperfeiçoar-se e progredir; porque nós somos mães e o primeiro e mais íntimo vagido da infância do homem recebemol-o nós em nosso seio, dispensandolhe os cuidados que são a nossa vigília, as nossas lágrimas, as nossas dôres e alegrias, o nosso amor enfim. Nós temos sido calumniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes commettimentos, que somos de intelligência fraca, de perspicácia mesquinha; e que não devemos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem; quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade. Nós [mulheres] temos sido calumniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes commettimentos, que somos de intelligência fraca, de perspicácia mesquinha; e que não devemos passar de seres caseiros, de

¹⁶ Cunha, 2014, p. 3.

¹⁷ Nascimento, 2016, p. 434.

¹⁸ Ibid., p. 437.

meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem; quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade.¹⁹

Portanto, a condição social e de gênero da mulher catarinense do século XIX, embora muito semelhante à realidade das mulheres brasileiras em geral, era ainda mais dogmática e repressiva. É importante frisar que a representação dessa mulher-histórica, segundo Wolff, é uma idealização. Nem todas se encaixavam integralmente no papel social aqui delineado: nem todas eram absorvidas pelos ciclos de sociabilidade que impuseram tal moralidade, nem todas eram restritas ao lar; assim como nem todas aceitaram passivamente as pressões sociais. Apostar cegamente no poder controlador de grandes estruturas, como uma “condição social da mulher”, é apostar no equívoco.

A “Condição Social” por Lopes de Souza: a fonte

As perspectivas da nova história cultural permitiram que, a partir da década de 70, os jornais, que antes eram considerados fontes frágeis, passassem a ser usados como objetos historiográficos legítimos²⁰. Nesse sentido, Mônica Karawejczyk argumenta que os jornais "devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes introjetadas"²¹.

São fontes, portanto, menos formais e engessadas em estruturas estatais e arquivísticas, com maior diversidade de representação do cotidiano. Embora de sua "naturalidade" histórica, a fonte jornalística é composta de sua intencionalidade interna à instituição jornalística, que patrocina escritores, ambos em busca do objetivo de atingir seu público-alvo, projetar suas demandas e opiniões, influenciar leitores e, claro, vender. Nesse sentido, o jornal é uma fonte da qual se pode retirar informações sobre o público leitor, os assuntos de interesse e como determinado conjunto de pessoas consumia textos. Segundo o jornalista Danton Jobim (1906-1978),

O jornalista move-se na realidade “de hoje”. [...] O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como político, não como um filósofo²².

¹⁹ Cavalheiro, 2019, p. 3, Apud. Abreu, 1873, p. 536.

²⁰ Karawejczyk, 2011, p. 133.

²¹ Ibid., p. 136.

²² Jobim, 1992, p. 28.

A linguagem usada nos jornais, assim como seu conteúdo, constitui uma excelente fonte histórica, capaz de revelar informações sobre determinados grupos históricos. Por exemplo, para ler um jornal é preciso ser alfabetizado, o que já restringe a análise a uma camada específica da sociedade brasileira, levando em consideração as taxas de alfabetização no século XIX²³.

O periódico *Jornal do Commercio*, de propriedade de José da Silva Cascaes, teve sua primeira edição em 1880, em Desterro. Sua primeira matéria justifica a existência do jornal como um veículo que tem, além da função de instrução, "unicamente por fim concorrer com seu humilde grão de areia para o grande edifício do progresso". Além do apoio ao governo monárquico à beira da Proclamação da República, pode-se perceber que, em sua inauguração, os ideais um tanto contraditórios entre progresso e a defesa da tradição monárquica fazem parte do escopo social do público ao qual o jornal se destina: uma posição muito possivelmente conservadora.

Já a edição 00278, de 1894, traz algumas matérias sobre a Revolução Federalista de 1893 (uma notícia atualizando o conflito no Rio Grande do Sul, outra sobre a violência das tropas de Júlio de Castilhos e um artigo de opinião) e toma partido dos maragatos, além de publicidade do Governo Municipal e Estadual, como expediente e informes policiais, folhetins, uma crônica sobre a Revolução Farroupilha, notícias estrangeiras, informes sobre a comunidade de Desterro e publicidades. O que podemos compreender do conteúdo do *Jornal do Commercio* é que ele estava atrelado aos interesses do poder local, tendo em vista o lado tomado no conflito, além da publicidade estatal patrocinada, evidenciando o alinhamento entre Estado e jornal. Nesse sentido, a matéria de Lopes de Souza sobre a "Condição Social da Mulher" pode ser encarada como um indício dos sentimentos apresentados pelos homens catarinenses, médios ou da elite — catarinenses e pernambucanos, já que o artigo foi assinado na capital Recife. Souza pode ter sido um correspondente ou leitor. O que não exclui o fato de que seu texto tenha sido publicado em Desterro, uma clara evidência da relevância do assunto para o público leitor da ilha de Santa Catarina.

Joan Scott (1941 -) afirma que a construção do gênero masculino e feminino são mutuamente reforçadas nas relações sociais²⁴. Por esse ângulo, Lopes de Souza, por meio de

²³ Segundo Ferreira (2018, p. 7) o analfabetismo demonstrava uma “taxa nacional de analfabetismo em nível extremamente elevado, entre 82% e 83% para as pessoas de 5 anos ou mais. Esta situação perdurou com certeza do primeiro até o segundo censo, isto é, de 1872 a 1890.”

²⁴ Scott. In: Burke, 1992, p. 87.

seu artigo, revela que, se por um lado o feminino é hegemonicamente associado ao doméstico e ao afeto, ele, como homem, corresponde ao binarismo de gênero oitocentista, ou seja, performa a masculinidade hegemônica, a qual, segundo Vanderlei Machado, “exerce sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação, da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino”²⁵.

Não há informações sobre quem foi Lopes de Souza, nem outras menções ou textos dele nos periódicos da época. Contudo, podemos observar alguns detalhes. Dado o contexto de alfabetização no Brasil no século XIX, o domínio da linguagem apresentado na matéria sugere que Souza era um frequentador, ou ao menos influenciado pelas ideias, das camadas intelectualizadas da sociedade de Desterro. Ele provavelmente fazia parte da classe dominante ou exercia profissões que exigiam alfabetização, como comerciante, jurista, professor, intelectual, jornalista, militar, servidor público ou religioso. Há diversas possibilidades nesse sentido.

Machado descreve sobre o modelo burguês de masculinidade em Desterro no século XIX, abordando como a narrativa orienta o comportamento dos homens no espaço público. As características esperadas de um homem de Desterro incluíam ter um caráter e ocupação honrados, acumular cargos públicos, demonstrar dedicação, autossuficiência econômica, ser casado e provedor do lar. A institucionalização dessa moralidade foi orientada, além do cristianismo, pela Constituição do Império, pelo Código Comercial, pelo Código Criminal e, particularmente relevante para este trabalho, pela imprensa. Dada sua condição de gênero no século XIX, o público masculino parece confortável em sua posição de provedor, suposto portador da civilidade e da racionalidade, e, principalmente, de sua hegemonia intelectual nas ciências e na política. O conforto com esse papel social é evidenciado pela reação de pessoas como Lopes de Souza contra a emancipação feminina.

As primeiras linhas de seu artigo já dão conta desse tom: “Uma das ideias que hoje mais fortemente impressionam o espírito dos reformadores methaphisicos e que vão

²⁵ Machado, 2001, p. 87.

tornando dia a dia grande incremento, é o da emancipação da mulher”. A fonte inicia com a exposição de uma suposta corrente de ideias liberais que vem ao Brasil através de “Cabeças demasiadamente exaltadas pelo brilho offuscador de uma liberdade quase sempre perigosa”. Ele continua parecendo defender a condição social de seus pares: “Acham que é uma clamorosa injustiça não ter a mulher, como o homem, certos direitos sociais, certas regalias, que a deviam muito enobrecer e muito elevar. Chamam-n’a até - A ESCRAVA DO HOMEM, O INSTRUMENTO”. Além da mentalidade escravista, explícita nesta última frase, o texto detalha de onde tais ideias “perigosas” e libertárias estariam vindo: dos “jornais dos Estados-Unidos”, que dão o exemplo de uma senhora “que andava a fazer propaganda activa d’essa ideia; facto que, a ser praticado de bôa intenção, toca ao cume do ridículo”. Ele critica o uso de Joana D’arc como heroína das mulheres, pois “si hoje apparecesse, [...] não seria mais ridícula. No entanto, os entusiastas da grande ideia da emancipação da mulher elevaram à altura de uma heroína à propagandista americana”.

Até este trecho, pode-se entender que a opinião de Souza frente às ideias de liberdade feminina, como as de Luciana de Abreu, são de oposição e descrédito, chamando tais ideias de ridículas, “é uma utopia sem fundamento serio”. Essas ideias seriam fruto de importação intelectual e jornalística liberal dos EUA. A matéria continua expondo argumentos em prol da emancipação feminina para logo tratar de rejeitá-los. “Bastamol-a,[a emancipação] não pelo que ela possa ter de verdade, mas pelo que possa acarretar de inconvenientes à harmonia social”. Para justificar a hierarquia patriarcal, ele recorre às conclusões das científicas naturais eugênicas dos séculos XVIII e XIX²⁶: ”Conforme as modernas afirmações biologicas, está bem provado que o poder mental da mulher é inferior ao do homem. Há entre um e outro uma distância sensível, correspondente ao peso e aperfeiçoamento do cérebro de cada um”. Além disso, Souza demonstra surpresa ao saber de uma mulher cientista que escreve um tratado sobre geologia, que, apesar das imperfeições, demonstra uma “somma de intelligencia”. Para ele, seu discurso não é uma forma de “rebaixar o espírito feminino”, mas sim que é um tremendo erro “pôl-o paralelamente ao do homem”, para assim “tira[r]-se uma conclusão em favor da emancipação feminina”. A seguir ele confirma a tese exposta por Karolina Dias Cunha sobre o positivismo e a divisão do trabalho: “Seguimos litteralmente a opinião de Comte, quando diz que — uma senhora é incapaz de dirigir com a sagacidade precisa uma empreza commercial”. O quadro desenhado

²⁶ Gould, 1991.

pelas autoras aqui trabalhadas, sobre a condição social da mulher no XIX, ou seja, uma vida impositivamente doméstica e dotada da exclusividade do afeto e da sensibilidade, parece refletir-se com clareza na fonte.

Noutro parágrafo, Souza inicia naturalizando a condição da mulher:

Senhores emancipadores [...] como quereis fazer uma senhora, que tem por ventura muito mais nobres missões a cumprir na sociedade, uma diplomata, uma generala, ou um membro da assembléia? Ainda mais: a sensibilidade é uma cousa indispensável ne mulher. Compreendel-a insenvel é comprehendel-a incompleta, e comprehendel-a mutilada. A sensibilidade, porém, de que fallamos, não é essa sensibilidade raquítica e piegas que produziu INDIANA e que a escola romantica encarregou de se divinizar; é a sensibilidade que só possuem os corações robustos e as almas bem educadas; é a sensibilidade que faz de um mãe junto ao berço — uma santa, e uma anjo — da mulher junto ao esposo.

A condição domiciliar exposta no começo da análise, parece saltar aos olhos na conclusão desse trecho: “O lugar da mulher na sociedade é o lar doméstico. Ella não póde ter outro domínio. As suas aspirações, des ce que procuram ultrapassar as de uma boa dona de casa, começa a tornar-se ridícula”. Como argumento central da permanência da mulher como o agente sensível e doméstico da sociedade brasileira, Lopes de Souza usa, ao citar mulheres que vão as capitais europeias adquirir seu “pergaminho”, a dessensibilização que a educação nas ciências provocam:

Fazer-se de uma senhora um médico é fazel-a descente, inconcebível. A medicina é uma sciencia cujo estudo conduz ao embotamento de todos os sentimentos que são mais apreciáveis na mulher e mais necessarios. Substituir á agulha o busturi é realmente uma ideia bem extravagante e bem perigosa

O fato de Lopes citar o curso de medicina não é à toa, pois foi nele que a primeira mulher pôde obter o diploma de ensino superior, a gaúcha Dra. Rita Lobato de Freitas, em 1887²⁷. A troca da agulha para o bisturi toca num ponto central da luta das mulheres no XIX que é o ensino das ciências. Para Souza, a educação deve servir a um único propósito:

A mulher deve saber com perfeição uma única sciencia: a sciencia do ménage [doméstica]. Formem-n’a n’isso, que deve ser o seu unico estudo especial. O contrario seria tercer-lhe a vocação, desconhecendo inteiramente a sua natureza. Precisamos reformar a educação da mulher brasileira, é verdade: precisamos mesmo de uma reforma séria, de que depende em parte o futuro de nosso paiz, mas essa reforma não é, e nunca poderá ser, a

²⁷ Lobo, 1971.

emancipação da mulher. A emancipação do sexo bello e formoso, estamos d'isso certo, traria maior mal, do que ha no estado actual.

O artigo se encerra fazendo uma apelo a todas praticantes das ideias libertárias e revolucionárias, fato que concorda com a ideia de Jobim na qual a escrita jornalística é, antes de tudo, política, assim como concorda com o direcionamento dos editores do periódico *Jornal do Commercio*, sobre o qual este deve ser objeto de instrução de seu público:

Deixai, amavel leitora, si por ventura tiverem estas linhas a feliciade de ser percorridas pelos vossos olhos facilmentes, deixae que os emancipadores de vosso sexo ploclamem reformado vosso estado actual, e não vos façam a menor impressão as suas declarações sem interrese real para vós. Digo-vos isto porque, crêde, a revolução seria muito para temer, si de vós partisse a iniciativa.

Recife

Lopes da cunha

O que se extrai da fonte em relação à reação masculina frente à emancipação feminina é, portanto, uma postura de rejeição e tentativa de deslegitimação da luta política feminina. Para Souza, a mulher não é apta a ocupar os espaços de poder social, público, científico ou econômico. Ela não seria capaz, pois, segundo ele, é biologicamente inferior — quase como se fosse de outra espécie. Seguindo os ideais positivistas, e tendo em vista a citação literal do filósofo Auguste Comte, Souza pensa a mulher como submissa intelectualmente, como alguém que carece de razão. Logo, os tratos domésticos seriam seu destino. Para ele, a sociedade está em equilíbrio quando o lar e o afeto são prerrogativas femininas. Caso contrário, quando uma mulher se torna médica, escreve tratados de geologia ou reivindica sua emancipação, ela abastece a sociedade com ideias revolucionárias e maus exemplos prejudiciais a todos. São ideias que podem acarretar uma “inconveniência à harmonia social”, como escreve Souza. De maneira literal, Lopes de Souza não se coíbe ao defender os interesses de seu gênero e a manutenção dos espaços de poder masculinos, buscando preservar a ordem social de sua classe. Em síntese, sua reação é conservadora ou reacionária.

Considerações Finais

Primeiramente, é importante frisar que as características expostas sobre a condição social da mulher não são uma novidade. Isso fica claro pelos anos das publicações dos

trabalhos utilizados como embasamento empírico do texto, assim como pela própria idade do campo da história das mulheres. Além disso, embora os fatos aqui trazidos à luz sejam uma condição histórica, ligados ao seu tempo, muitas das condições sociais e de gênero ainda se fazem presentes no mundo contemporâneo — não sendo difícil identificar suas permanências. Dessa forma, ao expor e analisar a fonte, este estudo busca ser uma pequena contribuição para a historiografia de Santa Catarina e suas relações de gênero.

Embora as mulheres trabalhassem em diversas atividades fora do lar, como na agricultura, comércio e indústria, a representação da condição social da mulher no XIX orbitava principalmente em torno do lar e da sua manutenção, do trabalho de cuidados dos membros da família, do trabalho externo, do suprimento e ensinamento do afeto, da educação dos filhos e dos trabalhos na unidade domiciliar. Além da esfera material de gênero, outras responsabilidades recaíam sobre os ombros femininos, como a beleza, o recatamento, a reclusão no lar, a atividade sexual restrita e a compostura frente à comunidade. O campo das ciências e da política foi uma seara restrita ao mundo masculino, tendo em vista a tardia liberação do ingresso de mulheres nas universidades e espaços políticos.

Diante dessa realidade opressiva, a mulher do XIX buscou múltiplas formas de despressurizar sua condição de gênero. O maior campo de disputa, nesse sentido, foi o da educação e o direito ao exercício de profissões liberais. Além de reivindicar uma educação não destinada à formação de donas de casa, almejavam, no estudo das ciências e no exercício dessas e outras atividades, sua emancipação social, de gênero, moral e econômica, além do desenvolvimento crítico de sua condição na sociedade catarinense.

Os homens de Desterro do século XIX, em especial os da elite política e econômica, com os quais o autor da fonte provavelmente se relacionava, seguiam um código social cujas características os mantinham presos a um padrão de comportamento. Dentro de suas condições, buscaram mulheres que correspondessem ao seu “oposto” na relação de gênero. Diante disso, a reação contra a contestação e o protagonismo feminino em esferas específicas da sociedade foi de rejeição e desdém, conforme a fonte. Tidas como perigosas, essas ideias eram acusadas de subversão à hierarquia social, com o resultado de uma revolução maléfica para todos (homens). Dessa forma, a representação da mulher que os antagonistas aos movimentos emancipatórios femininos desenhavam era a de um ser essencialmente doméstico e sentimental. Qualquer coisa além disso era visto como um ato revolucionário.

Referências Bibliográficas

ABREU, Luciana de. Preleção. In: **Revista da Sociedade Parthenon Litterario**. Sociedade Partenon Literário: Porto Alegre, 2º Ano, nº12, p. 535-539, dez. 1873.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879**. Dispõe sobre Reforma do ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II.

CAVALHEIRO, Flávia Giovana. **Luciana de Abreu e a Busca Pelos Direitos da Mulher na Porto Alegre Oitocentista**. Porto Alegre, EPHIS PUCRS, 2019.

CUNHA, Karolina D. As mulheres brasileiras no século XIX. In: **ENCONTRO NACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO E GÊNERO ANPUH**, 2013., Vitória. Anais. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 19 e 20 nov. 2013, p. 35-51.

DAUPHIN, Cécile. Et al. A História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia. Gênero: **Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero**. NUTEG v.2-n. 1. Niterói: EdUFF, 2000, p. 7-30.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto, CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e Analfabetismo no Brasil: **Estudos das Mensagens dos Presidentes dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)**. PUC-Goiás, 2018.

FERREIRA, Cristina. Nas tramas do cotidiano: experiências de jovens e mulheres trabalhadoras na indústria têxtil de Blumenau (1958-1968). **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 725-744, dez. 2016.

FLORES, Maria. Bernadete Ramos. Entre a casa e a rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 117–142, 2008.

GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

JOBIM, Danton. **Espírito do jornalismo**. São Paulo: EDUSP/ComArte, 1992.

CASCAES, José da Silva. Jornal do Commercio, Jornal do Commercio, Desterro, 19 de fevereiro de 1880, p.1. **Hemeroteca Digital Catarinense**. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=887790&hf=www.google.com&pagfis=41>. Acesso em: 16 ago. 2024.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011.

LOBO, Francisco Bruno. **A primeira médica formada no Brasil**. *Revista de História*, São Paulo: USP. Nº 85, p.483 - 485. 1971.

MACHADO, Vanderlei. Honra e conduta: em busca da construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro. (1850-1894). In: BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia M. F.(org.) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis, UFSC, 2001. pp.85-104.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. 1a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NASCIMENTO, C. V.; OLIVEIRA, B. J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 29, 2016, p. 429–457.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Unesp, 1992.

SILVA, D. F. DA. **Homo modernus** — Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cobogó, 2022

SOUZA, Lopes de. A condição Social da Mulher. *Jornal do Commercio*. 1894, p. 2. **Hemeroteca Digital Catarinense**. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=887862&pesq=commercio&hf=hemeroteca.ciasc.sc.gov.br&pagfis=120873>. Acesso em: 15 jan. 2025.

WOLFF, Cristina S. **Como se forma uma boa dona de casa**. In: MORGA, Antônio. (org.). **História das mulheres de Santa Catarina Florianópolis**. Letras Contemporâneas, 2001, pp. 158-180.

_____. Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate Florianópolis. **Revista Catarinense de História**, n. 3, 1994, p. 5-15.